

A TURQUIA: FRONTEIRA ENTRE DOIS MUNDOS

Maria de Fátima Peixinho

Aluna do Mestrado de Relações Internacionais com o Mundo Árabe e Islâmico

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UFP

fapeixinho@gmail.com

COMO REFERENCIAR ESTE ARTIGO: PEIXINHO, Maria de Fátima - A Turquia : fronteira entre dois mundos. **Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais**. Porto : Edições Universidade Fernando Pessoa. ISSN 1646-0502. 6 (2009) 184-195.

RESUMO

A Turquia simboliza no imaginário europeu, a possibilidade de síntese entre dois universos, aparentemente opostos e concomitantes, parceiros num espaço geopolítico determinante. Uma análise histórica, estruturada desde a génese até a actualidade, permite a definição de um cenário que perspectiva a possibilidade deste país vir a constituir um elo privilegiado entre o universo islâmico e ocidental. Identidade nacional, alinhamentos estratégicos, fluxos migratórios, são alguns dos tópicos de reflexão apresentados, estruturados de molde a proporcionar uma visão global desta temática, assumindo um posicionamento flexível relativamente ao assunto em análise.

PALAVRAS-CHAVE

Turquia, Islão, União Europeia.

ABSTRACT

Turkey symbolizes in the European imaginary the possibility of a synthesis between two worlds, apparently opposites and simultaneous, partners in a central geopolitical space. The historical analysis, structured since the genesis until nowadays, allows the definition of scenery in which this country will become a privileged link between the Islamic and occidental universe. The text talks about national identity, strategic alignments, migration flows. These are some of the reflexion topics presented, structured in a way that allows a global and flexible perspective on this subject.

KEYWORDS

Turkey, Islam, European Union.

1. INTRODUÇÃO

A Turquia é um estudo de caso particularmente interessante quando se ensaia a definição de um padrão de identidade europeia e islâmica. Na confluência de dois mundos, este país da Ásia Menor propicia o palco privilegiado para o ensaio de soluções definidoras dos parâmetros de relacionamento de duas realidades, condenadas a conviver.

Com um passado particularmente rico marcado por influências diversas, a Turquia resulta numa miscelânea de perfis e características que os apoiantes da adesão turca à União Europeia afirmam sustentar a tese de uma suposta identidade europeia ou ocidental.

Da análise histórica resulta designadamente, a percepção de uma imensa riqueza multicultural revista, num assomo de secularismo pelo pai da independência, com o objectivo claro de eliminar a mundividência islâmica. As subseqüentes tentativas de sincretismo resultaram numa sociedade original, onde conflui, designadamente, o conservadorismo do Islão e o liberalismo do mundo ocidental.

2. DA GÉNESE À REPÚBLICA

O actual território da Turquia inscreve-se na antiquíssima Anatólia ou Ásia Menor, região dominada pela grande cultura hitita, onde se localizam espaços com significativa relevância bíblica, como o “Jardim do Éden” e o Monte Ararat¹.

Foi tradicionalmente uma zona de confronto e influência de diversos povos (frígios², galeses, romanos, bizantinos, seljúcidas, otomanos) caracterizando-se, simultaneamente, por ser objecto da cobiça dos grandes conquistadores como Alexandre Magno e Tamerlão³.

Da análise histórica, destaca-se claramente a remissão para o poder de Bizâncio, cidade talismã do Império Romano do Oriente, abalada em 1095d.c. pela invasão seljúcida, primeiro povo turcomano a implantar-se na região.

Esta tribo de pastores nómadas (liderados por Seljuque), descendentes dos hunos da Sibéria Meridional e do Norte da Mongólia, assume particular relevância em determinados momentos históricos como a conquista de Jerusalém, habitualmente considerada o mote para o início das cruzadas. São ainda habitualmente responsabilizados pela destruição do califado abássida que, fortemente enfraquecido pela invasão, cedeu o verdadeiro exercício do poder aos sultões seljuques. Com efeito, o controle da Anatólia foi mantido pelo ramo seljúcida denominado de *rum* (romano) até 1307d.c., não obstante a derrota sofrida perante os mongóis em 1243d.c. e a grande invasão mameluca de 1276d.c. (Lewis, 1990).

¹ Local referenciado na Bíblia, como o sitio onde se construiu a “Arca de Noé”.

² Os frígios era indo-europeus que chegaram à Anatólia, através da Trácia e Macedónia no séc. XIII a.c., Após a anexação pelo rei de Pergamo no séc.II a.c. a Frigia caiu sob domínio romano.

³ Versão do nome turcomano Timur-i-Lenk, ou Timur o coxo como também era conhecido. Foi o último dos grandes conquistadores nómadas da Ásia Central de origem turco-mongol. De resto, para confirmar a sua autoridade, inventou uma relação de parentesco com Gengis Khan e assumiu o título de Khan.

No início do séc. XIV, a Anatólia estava fragmentada em pequenos estados – beyliks - , foi exactamente, um dos “beys⁴” de nome Osman o fundador da dinastia otomana. Herdando um principado na Ásia Menor, alargou-o sucessivamente pela conquista de territórios ao vizinho bizantino. Contratou em simultâneo os serviços de numerosos nómadas turcomanos, árabes e iranianos (em fuga devido à invasão mongol), elementos imprescindíveis para a construção de um sistema administrativo, financeiro e militar capaz de controlar eficazmente a área.

O império otomano é particularmente duradouro (1299 a 1922), contando com inúmeros líderes capazes de estender o seu território em todas as direcções. Desde Mehemet II, o Conquistador, que tomou Constantinopla (1453) e submeteu a Anatólia, até Solimão I, o Magnífico, que cruzou o Danúbio para conquistar a Hungria, cercou Viena (1529) e, progredindo em direcção ao Leste, conquistou os últimos redutos da Anatólia, bem como o antigo centro abássida e seljúcida do Iraque.

“O avanço vitorioso do Império Otomano, iniciado nos séculos XIII/XIV e que, na sua máxima extensão se estendeu por três continentes – Europa, Ásia e África – dos Balcãs no sudeste europeu à Mesopotâmia (actual Iraque) e ao Iémen no extremo sul da península arábica, prolongando-se por todo o norte de África até a Argélia, termina no final do século XVII”⁵

No império otomano consolida-se a influência islâmica introduzida pelos sunitas seljúcidas, consubstanciada na definição da religião como normativo social, político e económico. Efectivamente, em 1517 o sultão otomano passou a ser o Califa do Islão, e o império foi durante muito tempo o sinónimo de Estado Islâmico. As mesquitas turcas surgem exactamente neste período, na sua maioria construídas sobre as igrejas e catedrais do derrotado império bizantino, contam com as originalidades introduzidas pela arquitectura religiosa muçulmana.

O projecto expansionista do império sofre a primeira derrota com o segundo cerco a Viena (1683), facto potenciador da constituição de novas alianças europeias estratégicas (Áustria e Veneza, apoiada pela Polónia e Rússia) e subsequentes confrontos militares (Zenta, 1697) que culminam na assinatura do Tratado de Karlowitz (1699). Este acordo obriga, pela primeira vez, o império otomano a entregar territórios europeus conquistados (Kingcross, 1977).

As derrotas militares provocaram o enfraquecimento do poder central, objectivavel numa perda progressiva de controlo sobre a maior parte das províncias que passaram a ser governadas pelos notáveis locais, sem responder às indicações do Sultão de Constantinopla.

Efectivamente, os dois últimos séculos do império caracterizam-se por um conjunto de guerras e concomitantes tentativas de reforma introduzidas pela administração otomana num ensaio de construção do estado secular. Coincidem neste período (reinados de Mahmud II e Abdülhamid II) as lutas nacionalistas dos povos não turcos e o movimento reformista pró-ocidental conhecido por *Tanzimat*⁶, potenciador do autoritarismo de uma nova e moderna burocracia, alicerçada nomeadamente, na adopção de uma Constituição em 1876.

⁴ Chefe/líder do beylik, ou pequeno estado.

⁵ FERNANDES, José Pedro Teixeira. (2005). *Turquia: Metamorfoses de Identidade*. Lisboa, ICS, p.35

⁶ Significa o estabelecimento da ordem

Não obstante a aparente secularização e democraticidade das reformas, o Sultão Abdulhamid II decidiu pela dissolução do parlamento, fornecendo o argumento central da chamada revolução dos *Jovens Turcos*⁷ que tomam o poder em 1908. Na realidade, o movimento iniciado alguns anos antes constitui-se numa organização, dando corpo ao chamado Comitê para a União e Progresso (CUP), que liderou o país até 1918. Será durante a governação da CUP que o Império Otomano declara guerra à Entente Franco-Britânica-Russa e proclama uma *jihãd*⁸ de que resulta o denominado "genocídio arménio".

O massacre dos cristãos arménios, cerca de 800.000⁹, terá decorrido sob a orientação do ministro do interior Talât numa tentativa de eliminar os "infiéis". Usou a deportação¹⁰ como estratégia, suportada na argumentação oficial de que os arménios (cristãos) estavam a desertar para as fileiras russas. Sobre este assunto, Taner Akçam considera "*Fez-se deles os inimigos de substituição (...) ocupando o lugar das grandes potências e de todos os povos cristãos do Império*" (Akçam, 2004).

Os resultados da participação otomana na I Guerra Mundial são o corolário do processo de aniquilação de um império agonizante. Com efeito, depois de um brilhante desempenho das Forças Armadas turcas na campanha de Gallípoli, militares britânicos invadiram a Síria e ocuparam o sul da Anatólia. Paralelamente, os russos invadiram a Anatólia oriental e central em 1915 e 1916.

Com a inevitável rendição, o governo otomano foi entregue às forças de ocupação aliadas segundo os pressupostos do Tratado de Sèvres (1920) que determinava a aniquilação e progressivo desmantelamento do Império. O território turco englobaria, de acordo com o texto do Tratado, parte da Anatólia central e setentrional, estabelecendo zonas de influência francesa e italiana. Foi autorizada a criação de uma Arménia independente e de um Curdistão autónomo, internacionalizando-se a zona dos Estreitos. Entregou-se a Trácia e a região em redor de Esmirna à Grécia. O colapso e decorrente humilhação do Império acenderam os ânimos nacionalistas turcos, que liderados por Mustafa Kemal reconquistaram o seu lugar no mundo.

3. ATATURK E A REFORMA REPUBLICANA

"Diante do conhecimento, da ciência, e de toda a extensão da radiante civilização, não posso aceitar a presença na comunidade civilizada da Turquia de pessoas tão primitivas a ponto de procurar benefícios materiais e espirituais sob a orientação de xeques. A república turca não pode ser um país de xeques, dervixes e discípulos. A melhor ordem, a mais verdadeira, é a ordem da civilização. Ser um homem é o bastante para preencher as exigências da civilização. Os líderes das ordens

⁷ Organização constituída em 1889 por jovens estudantes e cadetes das academias militares que, baseada em princípios liberais, contestou a abolição da Constituição pelo Sultão Abdul Ahmid II, através de uma revolução.

⁸ Guerra santa.

⁹ Os números da tragédia variam, segundo as fontes turcas ou arménias. O valor de 800 mil mortos foi referido pelo Tribunal otomano para os Crimes de guerra, criado pelos Aliados após a 1ª guerra mundial.

¹⁰ A ordem de deportação do povo arménio para a Síria foi dada a 30 de Maio de 1915.

derwives compreenderão a verdade de minhas palavras, e eles próprios fecharão suas lojas [tekke] e admitirão que suas disciplinas cresceram.”¹¹ (Mango, 2002).

Mustafa Kemal Atatürk (1881–1938) é uma figura incontornável da história da Turquia secular e republicana, anualmente recordada no dia 10 de Novembro pelas 09h05, quando se respeita um minuto de silêncio em sua memória.

Na verdade, o jovem militar natural de Salónica, na actual Grécia, cedo se distinguiu nos teatros de guerra, nomeadamente na Campanha dos Dardanelos (comando da 19ª divisão), situação que rapidamente o elevou à categoria de general, com apenas 35 anos.

Com o final da 1ª guerra mundial e a assinatura do Armistício de Mudros (1918) o império otomano foi literalmente desmembrado pelos aliados (Carpentier e Lebrun, 1993). Aproveitando o seu colapso a Grécia desembarcou as suas tropas em Esmirna e avançou para o interior da Anatólia, sem qualquer oposição de Maomé VI. Neste contexto Kemal revoltou-se contra o sultão, convocando os Congressos Nacionais de Erzeburum e Sivas, de que resultou a celebração de um pacto nacional tendo em vista a independência da Turquia com as fronteiras de 1918.

A Grande Assembleia Nacional de Abril de 1920 designou-o chefe de governo e tornou oficial a sua liderança, apoiada sobretudo pelos opositores do sultão, responsabilizado pela assinatura do Tratado de Sèvres (Macfie, 2007).

Atatürk desenvolve então uma campanha militar nacionalista conseguindo derrotar os gregos em diversas frentes e consumando a sua expulsão da Anatólia em Setembro de 1922. Este facto impõe o Armistício de Mundania, a subsequente revisão do Tratado de Sèvres e a definição da independência territorial e política da Turquia (Tratado de Lausanne de 24 de Julho de 1923¹²) que, para além da Anatólia, passou a incluir a Arménia, a Cilícia, o Curdistão, a Trácia Oriental e a região dos Estreitos.

Assegurado o território e proclamada a república em 29 de Outubro de 1923, Mustafá Kemal implementou uma série de reformas políticas, económicas e culturais, até hoje designadas por kemalismo que traduzem a tentativa de construção de uma nova identidade nacional turca, criando uma burocracia estadual secular, semelhante à do Ocidente (Carpentier e Lebrun, 1993).

A ideologia kemalista estruturada nas denominadas “seis flechas”¹³, definiu algumas prioridades, como a abolição do Sultanato e do Califado. Seguiram-se a criação de um sistema jurídico penal, baseado no secularismo e jurisprudência, afastando as leis e os tribunais com motivação religiosa. Do ponto de vista social introduziu um novo código de vestuário, a inclusão obrigatória de um apelido (nome de família – no caso de Mustafa Kemal, adoptou Atatürk) e o uso do calendário ocidental (passando o domingo a ser o dia de descanso sema-

¹¹ Excerto do discurso proferido por Mustafa Kemal em Kastamou, no dia 30 de Agosto de 1925

¹² CARPENTIER, Jean e LEBRUN, François. (1993). *História da Europa*. Lisboa, Editorial Estampa, pág. 392

¹³ Denominação utilizada para identificar os seis princípios caracterizadores do kemalismo (república, nacionalismo, populismo, estatismo, secularismo e reformismo).

nal em vez da 6ª feira islâmica). Não obstante a manutenção de liberdade religiosa, o poder político e judicial foi secularizado, excluindo a referência ao Islão como religião do Estado.

Kemal empreendeu a total secularização e modernização do ensino, introduzindo o alfabeto latino, situação que claramente beneficiou uma aproximação à Europa.

Paralelamente era necessária a construção de uma identidade turca, ensaiada através da fundação de uma Sociedade de História da Turquia com o objectivo de elaborar uma história nacionalista e promover o “turco puro”, depurado das influências árabe e persa.

Ataturk, assumiu claramente a necessidade de uma construção identitária secularista, complicada pela questão da legitimação histórica da república da Turquia no solo da Anatólia, por força de uma população moldada pelo multiétnico, multireligioso e multilinguístico império otomano.

Com efeito, a problemática da identidade turca, é para muitos central, designadamente no contexto da sua eventual adesão à UE, remetendo necessariamente para o sentimento de pertença a uma realidade ainda por determinar.

4. IDENTIDADE E GEOPOLÍTICA

A reforma secularista de Ataturk, tentou eliminar da esfera de influência do poder, o Islão, considerado como factor de regressão e atraso. Contudo, a introdução do pluralismo no pós guerra (2ª Guerra Mundial) e a entrada do Partido Democrático na esfera governativa em 1950, propiciou um regresso ao passado, objectivável na Constituição de 1982¹⁴. Trata-se de re-islamizar o secularismo kemalista¹⁵. Com efeito, o percurso definido até à actualidade, não obstante alguns laivos de secularismo, traduziu-se recentemente, num retorno ao mundo islâmico, entrecortado por opções estratégicas que definem o mundo ocidental como prioridade.

A centralidade geo-estratégica da Turquia, confere-lhe uma importância vital no cenário político internacional. Ali se desenvolve “o grande jogo entre as potências do mundo” (Cherrien, 2001), pelo que é alvo de um diversificado leque de interesses que, devidamente explorados, poderiam exponenciar o seu valor.

A síntese turco-islâmica ensaiada a partir da década de 70, expressa objectivamente a necessidade de apontar um quadro referencial que justifique a própria existência de um país dilacerado (Huntington, 1999). Contudo, suportar o conceito de identidade, numa perspectiva europeia de estado-nação, não resiste a uma observação mais minuciosa da sociedade turca, onde os preceitos de unidade e homogeneidade são praticamente inexistentes e a evolução foi profundamente marcada por clivagens.

Na realidade, a diversidade cultural e étnica da sociedade turca (curdos, alevi, arménios) potencial contributo para o debate acerca da identidade nacional, é perfeitamente ignorada

¹⁴ A Constituição de 1982 determina a obrigatoriedade da educação religiosa sunita.

¹⁵ FERNANDES, José Pedro Teixeira. (2005). *Turquia: Metamorfoses de Identidade*. Lisboa, ICS

pelos sucessivos governos kemalistas ou islamitas com o objectivo de solidificar o mito da nação turca. Paralelamente, se atentarmos na suposta unidade religiosa, de um país que se assume como muçulmano, persistimos num outro erro de análise, omitindo o conflito latente com os *alevis*¹⁶ e com os curdos (Ahmad, 1993).

Efectivamente, a Turquia localiza-se no centro de quatro regiões com particular importância na sociedade internacional: os Balcãs, o Médio Oriente, o Mar Negro e o Cáucaso, que compartilham uma memória histórica comum, associada ao império otomano. A sua singularidade geográfica, permite-lhe constituir-se como uma fronteira entre dois mundos, o cristão e o islâmico, conferindo-lhe simultaneamente uma esquizofrenia identitária, ainda não resolvida.

Estruturada numa zona de transição, estrategicamente rodeada por um conjunto de países centrais para a definição do cenário político mundial, a Turquia actual define a vizinha Rússia como o inimigo, e as repúblicas emergentes da ex-URSS, como um território privilegiado de intervenção e, um dos domínios com maiores potencialidades, para a expansão da influência turca.

Controlando os Estreitos de Bósforo e Dardanelos, consegue exercer uma forte influência sobre a marinha russa ali estacionada equilibrando a superioridade eslava nos países localizados na fronteira Nordeste. Paralelamente, o facto das repúblicas da ex-URSS serem maioritariamente turcofonas, coloca Ancara numa posição vantajosa no xadrez pela luta da influência regional.

As características da Turquia como referencial islâmico potenciam o Médio Oriente como palco privilegiado da sua política externa. É imprescindível valorizar os laços de proximidade com os países do sul e limitar as valências de conflito. Com efeito, a repetição das crises com a Síria, Irão e Iraque registadas no séc. XX poderão constituir um factor ignidor de futuros conflitos regionais pelo que, uma sábia gestão turca da região se assume fundamental. A questão da água, central para a região, deve ser gerida estrategicamente, na medida em que controlando os rios Tigre e Eufrates, a Turquia possui uma arma vital que afecta sobretudo Damasco e Bagdad. Paralelamente, o conflito secular com a Grécia, actualmente centrado na questão do Mar Egeu¹⁷, além das inevitáveis questões relacionadas com os direitos da minoria muçulmana turca na Grécia e do Patriarcado da Igreja Ortodoxa Grega de Constantinopla, remetem Ancara para uma situação difícil no relacionamento com este vizinho europeu estratégico (Rodrigues, 2009).

Simultaneamente, a questão curda é, não só um tema particularmente apreciado pelos detratores da adesão turca à UE, mas sobretudo, uma questão geopolítica central. Sendo o Curdistão um território que abrange quatro países, acaba por ser uma questão relevante do ponto de vista regional, representando um significativo aumento de instabilidade na área (Fuller e Barkey, 1998).

¹⁶ População originalmente constituída por tribos nómadas turcomanas xiitas que, aliada a uma estratégia de sobrevivência desenvolveu uma religião fechada, associada à dissimulação e secretismo, muitas vezes definida como seita ou minoria étnica. Representa 25% da população turca.

¹⁷ O conflito acerca do Mar Egeu subdivide-se em 4 questões: definição das águas territoriais de cada país, espaço aéreo sobre o mar, placas continentais e a militarização das ilhas gregas do Mar Egeu.

Finalmente, a ocupação militar do Norte de Chipre, onde a Turquia mantém um efectivo de 36.000 homens, funciona como factor de isolamento internacional, fragilizando claramente as suas pretensões, designadamente no quadro da União Europeia. O inevitável veto de Chipre condiciona toda a estratégia de alargamento (Fernandes, 2008).

Neste contexto, não podemos escamotear a questão arménia, referencial decisivo no quadro da imagem internacional de um país, que se pretende democrático. O não reconhecimento dos massacres da população arménia como genocídio, contrariando a tese das Nações Unidas, grangeou-lhe uma péssima reputação que, aliada aos incidentes registados com investigadores/historiadores turcos¹⁸, se tornou num obstáculo central para a assumpção da Turquia como par no mundo ocidental.

Neste contexto, a visita oficial de Obama à Turquia, primeira deslocação ao exterior do seu mandato (Abril de 2009), evidencia a preocupação americana, com a imagem de um aliado estratégico que se deseja moderno e democrático. O presidente dos EUA abordou, diplomaticamente, os temas polémicos – adesão à UE, Chipre, genocídio arménio – assumindo publicamente, o seu apoio ao ingresso turco na União Europeia.¹⁹

5. TURQUIA E UNIÃO EUROPEIA

Se a identidade turca é questionável e, a geopolítica aparentemente favorável assenta em potenciais conflitos latentes, a opção de alicerçar a candidatura à União Europeia num conjunto de argumentos histórico-culturais de duvidosa fiabilidade é um suicídio político²⁰.

Neste contexto, a Turquia invocou, designadamente:

- A herança da antiguidade clássica existente no interior do seu território (Troia, Efeso)
- Os locais simbólicos dos primeiros tempos do cristianismo (Constantinopla, Antioquia)
- A república de Ataturk, fundada sob o modelo de estado-nação europeu

Não obstante, as limitações desta infeliz abordagem histórica (Carkoglu, 2003) é pacífico afirmar que a UE nunca questionou verdadeiramente a vocação europeia de Ancara, na medida em que, objectivamente, a Turquia integra todas as suas organizações multilaterais (OCDE, NATO, OSCE e BERD²¹).

Numa postura humanista, podemos assumir que a construção política da UE passa sobretudo pelo reforço da sua dimensão estratégica como actor global, estabilizando e integrando os vizinhos europeus (Sousa, 2005). Nesta perspectiva, a União Europeia deve exercer pro-

¹⁸ A afirmação do genocídio da população arménia é considerada traição e crime susceptível de condenação penal, na Turquia. Facto que ocorreu com o escritor Orhan Pamuk.

¹⁹ In www.dw-world.de.com

²⁰ Esta foi exactamente a opção de Turgut Ozal, formalizada oficialmente em 1987, personalidade que durante uma década (1983-1993) ocupou alternadamente os lugares de Primeiro-ministro ou Presidente da República. A questão turca existe desde a fundação da Comunidade Europeia, datando de 1959 o pedido inicial de adesão. O acordo de associação entre a CEE e Ancara foi assinado em 1963

²¹ Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento

gressivamente o papel de superpotência original, diferente portanto dos EUA e das novas potências emergentes. Um novo quadro de governação regional e mundial passaria então, necessariamente, pela integração da Turquia, na medida em que geopolítica lhe confere um papel central na definição da segurança europeia (Ozal, 1988).

Com efeito, apelar às supostas características europeias de Ancara (secularismo e laicismo do Estado) é uma quimera cada vez menos utilizada pelos defensores da adesão da Turquia à UE. Actualmente, a argumentação baseia-se sobretudo no facto da Turquia não necessitar de ser europeia para se juntar a um sistema estratégico, político e de segurança que a União Europeia tem de implementar. Paralelamente, entendem que a europeização acelerada poderá funcionar como uma garantia para que o partido islâmico no governo, resista às tentações de pendor fundamentalista (Leitão, 2005).

Reflectindo acerca da temática da adesão turca à UE, não podemos esquecer os inevitáveis processos migratórios com destino ao continente europeu, estimados em largas centenas de milhares de turcos. Neste contexto, importa reflectir acerca das razões que subjazem à oposição da Alemanha e França à adesão turca, na medida em que são exactamente estes, os países, com maiores comunidades de imigrantes desta origem. A bandeira da multiculturalidade deixou recentemente de ser hasteada, por força dos inúmeros conflitos registados nas denominadas sociedades abertas²², antecipando o cenário provável da integração europeia da Turquia.

No âmbito da sua política externa, as posições turcas são no mínimo ecléticas. Defendendo o seu papel na NATO, na Europa, no mundo ocidental, sob a alegação de uma partilha cultural e mundividência histórico-social, a Turquia envia mensagens dúbias ao mundo. O secretário-geral da OCI²³ (organização mais importante do mundo islâmico), o turco Ekmeleddin Ihsanoglu, foi indigitado pelo governo islamista conservador do Partido da Justiça e do Desenvolvimento (AKP). Se atentarmos nas posições defendidas publicamente por esta personalidade em alguns momentos chave da vida política internacional, colocamos imediatamente em causa o alegado laicismo turco²⁴ e o seu alinhamento ocidental. Também no que à vitória palestina do Hamas e subsequente proposta de erradicação de Israel, a Turquia assumiu uma postura no mínimo surpreendente, para um aliado do estado judaico, recebendo uma delegação de alto nível do grupo radical palestino.

Na realidade, a pertença à NATO e a proximidade estratégica com os EUA deveriam garantir um alinhamento de Ancara com um conjunto de decisões, ditas ocidentais, no quadro do relacionamento entre países e organizações. Contudo, não podemos ignorar o facto da participação turca na NATO resultar sobretudo de circunstancialismos históricos e não de uma opção clarividente de aliança com o novo mundo. Com efeito, a adesão da Turquia a esta

²² Questão do uso de cabeça coberta pelas mulheres em locais públicos. Conflitos nos bairros problemáticos da envolvente parisiense. O Assassinato de Theo Van Gogh em Amesterdão.

²³ A Organização da Conferência Islâmica – constituída em 1969, instituiu como prioridade a libertação de Jerusalém e de Al Aqsa da ocupação sionista.

²⁴ De acordo com o jornal turco Zaman (edição on line de 14/02/2006) o Secretário Geral da OCI disse a Xavier Solana que a publicação das caricaturas ridicularizando o Profeta Maomé tinha tido o mesmo efeito dos ataques do 11 de Setembro (Fernandes, 2006)

organização em 1952, decorre sobretudo da necessidade de defesa do território face à política expansionista de Estaline. Assim, as decisões de política externa nem sempre coincidem com o desiderato da aliança atlântica.

Será também o interesse nacional da Turquia que conduz ao reconhecimento do estado de Israel em 1948, possibilitando um eficaz contra-cerco estratégico à Síria e ao Iraque (Fernandes, 2006).

Muitas dúvidas persistem acerca da eventual adesão turca à UE. Desde a questão identitária, à demográfica, económica, social e cultural, todos os cenários devem ser repensados e avaliados em função de um eventual processo de integração que, não obstante as dificuldades apontadas, poderá revelar uma Turquia capaz de reconciliar os “povos do livro”.

BIBLIOGRAFIA

LIVROS

AKÇAM, TANER. (2004). *From Empire to Republic: Turkish Nationalism and the Armenian Genocide*. Londres, Zed Books.

AHMAD, FERAZ. (1993). *The making of Modern Turkey*. London, Routledge.

CARKOGLU, ALI. (2003). *Turkey and the European Union*. Londres, Frank Cass.

CARPENTIER, JEAN E LEBRUN, FRANÇOIS. (1993). *História da Europa*. Lisboa, Editorial Estampa.

FERNANDES, JOSÉ PEDRO TEIXEIRA. (2005). *Turquia: Metamorfozes de Identidade*. Lisboa, ICS.

FERNANDES, JOSÉ PEDRO TEIXEIRA. (2008). *A questão de Chipre – Implicações para a União Europeia e a adesão da Turquia*. Coimbra, Livraria Almedina.

FULLER, BARKEY, H. (1998). *Turkey's Kurdish Questions*. Lanham, Rowman & Littlefield.

HUNTINGTON, SAMUEL. (1999). *O Choque das Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial*. Lisboa, Gradiva.

KINROSS, L. (1977). *The Ottoman Centuries: The rise and fall of the Turkish Empire*. Nova York, William Morrow and Co.

LEWIS, BERNARD. (1990). *Os Árabes na História*. Lisboa, Editorial Estampa.

MACFIE, A. (2007). *Kemal Atatürk: O Fundador da Turquia Moderna*. Porto, Fronteira do Caos.

MANGO, ANDREW. (2002). *Atatürk. The biography of the founder of modern Turkey*. New York, The Overlook Press.

OZAL, TURGUT. (1988). *La Turquie en Europe*. Paris, Éditions Plon.

RODRIGUES, DOMINGOS. (2009). *Turquia. País-ponte entre dois mundos*. Lisboa, Prefácio-Edição de Livros e Revistas.

ARTIGOS

CHETERIEN, VICKEN. (2001). A Ásia Central entre Nacionalismo e Islamismo. *In: Le Monde Diplomatique*, Março, pp. 16-17

FERNANDES, JOSÉ PEDRO TEIXEIRA. (2005). A geopolítica da Turquia: Um desafio às sociedades abertas da União Europeia. *In: Relações Internacionais*, Março, pp. 47-59.

FERNANDES, JOSÉ PEDRO TEIXEIRA. (2006). A Turquia entre a Europa e o Islão. *In: Expresso* nº1747, 22 de Abril de 2006, pp. 20-23.

FERNANDES, JOSÉ PEDRO TEIXEIRA. (2005). Os curdos da Turquia às portas da União Europeia. *In: Revista História*, nº 81, pp. 38-43.

LEITÃO, ROGÉRIO. (2005). Quem tem medo da Turquia na União Europeia? *In: Relações Internacionais*, Março, pp. 41-45.

SOUSA, TERESA E FRANCO, MANUELA. (2005). A Turquia de regresso à Europa? *In: Relações Internacionais*, Março, pp. 27-39.

INTERNET

www.dw-world.de.com